

A PENHORA *ON-LINE* COMO ALTERNATIVA À PRISÃO CIVIL DO DEVEDOR DE ALIMENTOS

Mônani Menine Pereira*

SUMÁRIO

1 Introdução. 2 Tutela jurisdicional executiva da obrigação alimentar. 3 Penhora *on-line* como alternativa à prisão. 4 Considerações finais. 5 Referências.

1 INTRODUÇÃO

Nas execuções de alimentos é corriqueiro perceber devedores que, embora em condições de adimplir a prestação alimentícia, furtam-se à ordem de segregação exarada valendo-se das conhecidas dificuldades da polícia em cumprir inúmeros mandados de prisão.

Aliás, mesmo a prisão não garante a efetividade da tutela jurisdicional, já que constitui apenas medida de coerção indireta à entrega da prestação pecuniária, de sorte que também não é incomum devedores que aquiescem em permanecer segregados em vez de pagar a dívida.

Na procura de meios alternativos, busca-se medida executiva que garanta ao credor a celeridade da tramitação da execução e assegure o contraditório e a ampla defesa do executado. A medida ainda deve alcançar a entrega da prestação pecuniária e prescindir, quando possível, da ordem de prisão do devedor.

* Especialista em Direito Civil e Processual Civil pelo Cesusc, e Juiz de Direito em Santa Catarina.

É nesse cenário que se desenha o presente artigo, o qual, inspirado no princípio da efetividade da jurisdição, pretende estimular a discussão sobre o assunto e demonstrar que o sistema Bacen Jud pode ser utilizado como instrumento de medida executiva alternativa à prisão civil do devedor de alimentos.

2 TUTELA JURISDICIONAL EXECUTIVA DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR

Considerada a tutela jurisdicional como resultado a ser buscado, é possível uma análise das técnicas processuais colocadas à disposição pelo legislador. A ideia é compreender o tipo de tutela perseguida para que se possa definir, entre as técnicas oferecidas, a que irá conferir maior proteção ao direito material vindicado no processo.

No ponto, sobreleva a prestação de pagar verba alimentar, determinada em uma decisão condenatória que reconhece a existência da obrigação/dever e autoriza o credor a promover a execução para a satisfação do crédito.

É necessária uma breve retrospectiva histórica sobre esse tipo de decisão.

As sentenças condenatórias estavam atreladas ao direito das obrigações, no rol das prestações de dar, fazer e não fazer. “Inerte o réu, mesmo depois de eficaz a sentença, haveria ação de execução de sentença, obedecendo-se ao rito dos arts. 621 a 631 (obrigação de dar), ou 632 a 643 (obrigações de fazer e não fazer)” (PEREIRA, 2007, p. 677).

Com o advento da Lei n. 8.952/1994, que alterou o art. 461 do Código de Processo Civil (CPC), as sentenças que reconheciam a existência das obrigações de fazer e não fazer passaram a prescindir de um processo autônomo de execução para serem efetivadas. A Lei n. 10.444/2002, que

inseriu o art. 461-A no CPC, estendeu a disposição às obrigações de dar coisa distinta de dinheiro.

Com isso, apenas as decisões que impunham a obrigação de pagar quantia permaneceram sujeitas ao regime de efetivação sine intervalo, isto é, passaram a exigir o ajuizamento de ação autônoma, de cunho executivo/satisfativo, para que pudessem ser efetivadas (DIDIER JÚNIOR; BRAGA; OLIVEIRA, 2007, p. 335).

Finalmente, a Lei n. 11.232/2005 criou a fase de cumprimento da sentença (arts. 475-I a 475-R, todos do CPC) no mesmo procedimento, eliminando o processo autônomo de execução. Então, mesmo as sentenças condenatórias remanescentes (limitadas à obrigação de pagar quantia) passaram a dispensar a instauração de processo de execução de sentença.

Como sumariam Didier Júnior, Braga e Oliveira (2007, p. 335),

atualmente, todas as decisões que impõem prestação (seja ela um fazer, não fazer, dar coisa ou pagar quantia) podem ser efetivadas sine intervalo, é dizer, podem ser executadas no mesmo processo em que foram proferidas, mediante a tomada de providências executivas numa fase complementar à fase de certificação do direito. Como já se viu no capítulo relativo à teoria da decisão judicial, isso fez ruir, no nosso sentir, a distinção que se fazia quanto ao conteúdo das decisões condenatória, mandamental, e executiva, podendo-se dizer que hoje são elas todas decisões condenatórias (em sentido amplo), na medida em que impõem uma prestação e autorizam a tomada de providências executivas em caso de inadimplemento do devedor. Permanece, contudo, o interesse prático em manter a divisão das decisões condenatórias em duas espécies, quais sejam, as decisões mandamentais e as decisões executivas, que guardam diferença quanto aos seus efeitos, tendo em vista que, nestas últimas, a providência prevista para a execução da obrigação imposta não conta com a participação do devedor, enquanto que naquelas ainda se conta com a sua participação.

É claro que as alterações acima referidas alcançam a obrigação alimentar fixada em sentença ou em decisão interlocutória, já que é indu-

vidoso o conteúdo condenatório da decisão que determina o pagamento da prestação pecuniária.

Sem embargo, considerando a natureza singular dos alimentos, é forçoso reconhecer que o legislador conferiu uma tutela executiva diferenciada à efetivação do crédito alimentar, quer na ótica da decisão que atende à pretensão da parte, quer no que diz respeito ao próprio procedimento.

Com efeito, se é necessária a adequação dos meios de obtenção da tutela jurisdicional às várias situações jurídicas substanciais possíveis, na questão dos alimentos percebe-se que o legislador foi generoso.

Além da execução que adota a medida de coação pessoal (art. 733 do CPC), permitem-se também o desconto em folha de pagamento (art. 734 e parágrafo único do CPC, e art. 16 da Lei n. 5.478/1968) e a via da expropriação (de bens — art. 732 do CPC, ou de aluguéis — art. 17 da Lei n. 5.478/1968).

Sedimentou-se, aliás, construção doutrinária e jurisprudencial que delimita a oportunidade de cada medida executiva.

Prestigia-se inicialmente a execução direta, que prescinde da colaboração do executado para a efetivação da prestação devida. O desconto em folha (art. 734 e parágrafo único do CPC, e art. 16 da Lei n. 5.478/1968) e a expropriação de aluguéis (art. 17 da Lei n. 5.478/1968) promovem uma substituição da conduta do devedor (entrega da verba alimentar) pela conduta de um terceiro.

Quando for inviável a satisfação do crédito pelas medidas de execução direta referidas, poderá o exequente optar pela coerção indireta (art. 733 do CPC) ou insistir em nova medida de execução direta (art. 732 do CPC – expropriação de bens).

No rito do art. 733 do CPC o legislador outorga meio coercitivo para a concretização da decisão que determinou a prestação alimentar pelo

devedor. Não se trata de providência satisfativa, mas executiva tipicamente mandamental, característica da execução indireta ou por coerção indireta, a qual tende apenas a pressionar psicologicamente o devedor a fim de que satisfaça a obrigação.

Se optar pela via da coação pessoal, o credor deve observar que o período de inadimplência segue tarifado pela jurisprudência. A sustentação está, em resumo, na urgência da prestação alimentícia inerente apenas à dívida presente e na excepcionalidade da segregação. Enfim, segundo a Súmula 309 do Superior Tribunal de Justiça, “o débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo”.

Finalmente, como as medidas coercitivas estão sujeitas ao insucesso na efetivação da decisão caso o devedor não se vergue à coerção, o ordenamento jurídico, reconhecendo que a coação pessoal pode revelar-se insuficiente (art. 733, § 2º, CPC), disponibiliza ao credor derradeira medida executória, adotando novamente a técnica de execução direta com a expropriação de bens do devedor (art. 732 do CPC), a qual enseja o uso da penhora *on-line*.

Assim, embora a prestação alimentar seja tipicamente pecuniária e determinada em uma decisão condenatória, na efetivação do crédito abre-se espaço para providências executivas alternativas com efeitos distintos, ora adotando-se as técnicas de execução direta ora de execução indireta.

Vale clarear a afirmativa.

Na sentença (ou decisão) que fixa os alimentos é possível determinar desde logo o desconto em folha. A mesma providência pode ser tomada na fase do cumprimento da sentença. E na impossibilidade do desconto, abre-se ao credor a via da expropriação. Em todos esses casos impõe-se ao réu/executado uma prestação acompanhada de uma medida coercitiva

direta, que será adotada caso ele não cumpra voluntariamente o que lhe foi imposto.

A decisão que determina a prisão do devedor de alimentos, por outro lado, é típica medida coercitiva indireta, porquanto a ordem de segregação atua na vontade do devedor de forma a compeli-lo a cumprir a decisão que determinou a entrega da prestação alimentar.

Assim, o sistema jurídico disponibiliza providências executivas distintas para a efetivação da obrigação alimentar determinada em uma mesma decisão condenatória. Mas não só. Permite também que se tomem as diferentes medidas executivas em um mesmo processo executivo.

É que, no rito do art. 733 do CPC, caso a justificativa seja acolhida ou o executado opte por cumprir os 60 (sessenta) dias da segregação e não pagar a dívida, o credor é instado a requerer o prosseguimento da execução na forma do art. 732 do CPC. Se for infrutífera a via da coerção indireta, prossegue a execução pela forma da coerção direta. Isso se dá não apenas em homenagem ao princípio da economia processual, mas por se reconhecer que a execução de alimentos é única, apenas se alternam as medidas executivas aplicáveis.

À vista dessa realidade, o que se defende agora é a adoção de medida coercitiva direta, a penhora *on-line*, imediatamente antes da coerção indireta.

Enfim, pretende-se, em determinada fase e circunstância do rito do art. 733 do CPC, que o juiz, mesmo por iniciativa própria, possa adotar medida coercitiva direta em antecipação e como alternativa à ordem de prisão do devedor (medida coercitiva indireta), ou seja, consultando o sistema Bacen Jud imediatamente antes de determinar a prisão civil do devedor de alimentos.

Reitere-se: a penhora *on-line* é defendida exclusivamente como medida alternativa à segregação. Só se dará nas hipóteses em que a decretação da prisão do devedor é inevitável, diga-se, quando o devedor não efetuar o pagamento integral da dívida e o julgador não acolher a justificativa, caso apresentada.

3 PENHORA *ON-LINE* COMO ALTERNATIVA À PRISÃO

Com a medida de utilizar a penhora *on-line* como alternativa à segregação, pensa-se em assegurar (quando possível) tanto que o credor receba a prestação pecuniária quanto que o devedor pague a dívida e não opte por cumprir a (ou fugir da) segregação, providência que só protela a entrega da prestação jurisdicional.

É certo que por muito tempo se entendeu que o juiz só poderia fazer uso dos meios executivos estritamente previstos na lei. O princípio da tipicidade, a par de controlar a atividade jurisdicional, conforme Marinoni (2004, p. 43), evitava que o julgador agisse arbitrariamente e garantia a liberdade ou a segurança psicológica do cidadão.

Contudo, o vetusto princípio, com viés nos valores do Estado Liberal, paulatinamente perdeu espaço para o princípio da concentração dos poderes de execução do juiz (MARINONI, 2006, p. 229) e atualmente, conforme lição de Didier Júnior, Braga e Oliveira (2007, p. 338), percebe-se

uma tendência de ampliação dos poderes executivos do magistrado, criando-se uma espécie de poder geral de efetivação, que permite ao julgador valer-se dos meios executivos que considerar mais adequados ao caso concreto, sejam eles de coerção direta, sejam de coerção indireta.

O § 5º do art. 461 do CPC, pelo menos quanto às obrigações de fazer, não fazer e dar coisa distinta de dinheiro, já consagra o poder geral de efetivação, mercê de uma cláusula geral executiva (MARINONI, 2006, p. 231). Segundo Didier Júnior, Braga e Oliveira (2007, p. 339), “ao lançar

mão dessa cláusula geral executiva, o objetivo do legislador infraconstitucional foi o de municiar o magistrado para que possa dar efetividade às suas decisões”.

Sobre o princípio da efetividade da jurisdição, Martins (2004, p. 91), inspirado na teoria dos princípios estruturantes fundamentais de Canotilho, afirma que

se constitui como “princípio constitucional especial” densificador dos seguintes “princípios constitucionais gerais” da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: de inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Tais “princípios constitucionais gerais” estão relacionados com os princípios estruturantes da cidadania e da dignidade da pessoa humana.

Em complemento, e com vênias para seguir-se a lição, pode-se afirmar que o princípio da efetividade da jurisdição é concretizado pela regra constitucional que assegura o direito à celeridade no julgamento dos processos, sem indevidas dilações (art. 5º, inc. LXXVIII, da CF/88), a qual, por seu turno, obtém um maior grau de concretização e densidade, no ponto, pela cláusula geral executiva (art. 461, § 5º, do CPC), que assegura ao magistrado a adoção das medidas executivas necessárias à pronta efetivação da decisão judicial.

Com vistas na (re)aproximação das providências executivas adotadas nas decisões condenatórias, bem como na tutela diferenciada do processo executivo alimentar, que prevê as técnicas de execução direta e de execução indireta, é que se pode afirmar a aplicabilidade da cláusula geral de efetivação também na execução de alimentos.

Guerra (2003, p. 102) salienta o direito fundamental à tutela executiva, consubstanciado “na exigência de um sistema completo de tutela executiva, no qual existam meios executivos capazes de proporcionar pronta e integral satisfação a qualquer direito merecedor de

tutela executiva”. Esse direito fundamental, segundo Didier Júnior, Braga e Oliveira (2007, p. 340),

repercuta na atuação judicial na medida em que o magistrado: (i) deve interpretar esse direito como se interpretam os direitos fundamentais, ou seja, de modo a dar-lhe o máximo de eficácia; (ii) poderá afastar, aplicado o princípio da proporcionalidade, qualquer regra que se coloque como obstáculo irrazoável/desproporcional à efetivação de todo direito fundamental; (iii) e tem o poder-dever de adotar os meios executivos que se revelem necessários à prestação integral da tutela executiva, ainda que não previstos em lei ou com ela expressamente vedados.

A atividade jurisdicional, no que toca à utilização dos meios executivos adequados, não está imune de controle e de censura. Com efeito, se ao tempo em que era aplicado o princípio da tipicidade dos meios executivos o controle decorria do princípio da legalidade, o poder geral de efetivação é governado pelo princípio da proporcionalidade, “que tanto vai servir de controle para a escolha, pelo magistrado, da providência material destinada a tutelar o bem da vida, como para a escolha do meio executivo que objetiva implementá-la” (DIDIER JÚNIOR; BRAGA; OLIVEIRA, 2007, p. 344).

É com substrato nesse poder geral de efetivação que se sugere a adoção de medida coercitiva direta em antecipação e como alternativa à medida coercitiva indireta, no caso a consulta ao sistema Bacen Jud imediatamente antes de se determinar a prisão civil do devedor de alimentos.

É impossível não referir que, se o princípio do resultado aponta que “é tão bem sucedida uma execução quanto entregue o objeto da prestação ou o direito reconhecido no provimento judicial” (ASSIS, 2007, p. 181), na busca do crédito alimentar o que interessa para o credor é a entrega da prestação pecuniária, não a prisão do devedor, que, como já dito, não é medida satisfativa.

Outrossim, a natureza singular dos alimentos e o objetivo da medida proposta justificam que o juiz efetive a penhora *on-line* ex officio.

É indiscutível que o crédito alimentar goza de um rol de prerrogativas próprias. Pode ensejar a prisão civil do devedor (art. 5º, inc. LXVII, CF/88), não se sujeita à ordem cronológica dos precatórios decorrentes de condenações de outra natureza (Súmula 655 do Supremo Tribunal Federal), é incessível, irrenunciável, imprescritível, impenhorável, indispensável, intransacionável e irrestituível.

De outro lado, com a penhora *on-line* não se busca apenas a garantia do juízo. Não. Pretende-se o uso de um meio executivo possivelmente mais adequado à solução da lide, porquanto a constrição de dinheiro (coerção direta) constitui medida satisfativa que garante a entrega do bem da vida perseguido pelo credor, ao passo que a prisão do devedor (coerção indireta) não assegura, plenamente, a satisfação do crédito alimentar, isso diante de uma possível renitência do executado, mesmo com o cumprimento da ordem de segregação.

No mais, adverte Martins (2004, p. 88) que “a idéia de paz social como escopo social do processo e da jurisdição exige do agente estatal encarregado de exercer a função jurisdicional atitudes que afastem a inércia e o conformismo”.

Então, dispondo o julgador de meios executivos capazes de proporcionar pronta e integral satisfação do crédito alimentar, que ainda podem ser manejados à vista do poder geral de efetivação, é injustificável não fazer uso de um instrumento que assegura ao credor o direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva.

Segundo Marinoni (2006, p. 231), “o direito à tutela jurisdicional efetiva exige que o juiz tenha poder para determinar a medida executiva adequada, afastando o princípio da tipicidade e consagrando o princípio da concentração dos poderes de execução do juiz”.

Conforme lição de Zavascki (1999, p. 51), o Estado deve propiciar aos litigantes em particular e à sociedade em geral meios eficazes de exame da demanda, assim entendidos aqueles dotados da aptidão necessária a propiciar e garantir ao vitorioso a utilidade da sentença e a concretização prática e fática da tutela.

Considere-se ainda a proporcionalidade da penhora *on-line* como alternativa à decretação da prisão civil do devedor de alimentos.

O princípio da proporcionalidade é o exame da adequação da medida a ser adotada (se alcança a realização do objetivo pretendido ou conduz a ele), da necessidade dessa medida (só é necessária se não puder ser realizada outra medida que limite em menor intensidade o direito fundamental atingido) e da proporcionalidade em sentido estrito (é desproporcional quando os motivos que fundamentam a adoção da medida não tenham peso suficiente para justificar a restrição ao direito fundamental atingido).

Uma medida (meio executivo) é considerada adequada (adequação) quando com ela se pode alcançar ou simplesmente fomentar a realização de um objetivo. No caso, o objetivo da consulta ao sistema Bacen Jud é a requisição de informações e o bloqueio de dinheiro em depósito ou aplicação financeira do executado para satisfação da execução alimentar.

A penhora *on-line*, efetivada pelo juiz em gabinete e com respostas no prazo aproximado de 48 horas, possibilita o expedido bloqueio e transferência de numerário existente na conta do devedor para satisfação do crédito. Conclui-se, portanto, pela adequação da medida nos termos exigidos pelo princípio da proporcionalidade.

Prosseguindo, tem-se que a adoção do meio executivo somente é necessária (necessidade) se não puder ser utilizado outro que restrinja em menor intensidade o direito do devedor.

O exame da necessidade é invariavelmente comparativo, uma vez que se devem cotejar medidas alternativas que, sendo também adequadas, poderiam ser adotadas, mas com uma restrição menor ao devedor. No caso, parece não demandar muito esforço deduzir que o meio executivo pretendido (coerção direta pela constrição do dinheiro com a penhora *on-line*) é claramente necessário, já que o outro, ou seja, a prisão do devedor (coerção indireta), a par de não entregar o bem da vida perseguido pelo credor, indiscutivelmente restringe em uma intensidade muito maior um direito fundamental do devedor, qual seja, a liberdade.

Por fim, deve ser considerada a proporcionalidade do meio executivo (proporcionalidade em sentido estrito), sopesando-se a intensidade da restrição do direito atingido e a importância da realização do direito fundamental que com ele colide e que fundamenta a medida.

É evidente que sobre os interesses financeiros do devedor prevalece o direito do credor de ver assegurada a satisfação de necessidades vitais, considerando-se, para tanto, que os alimentos relacionam-se ao direito à vida, à integridade física da pessoa e à realização da dignidade humana, de modo que proporcionam ao necessitado condições materiais de manter sua existência.

Aliás, o próprio ordenamento jurídico, por disposição constitucional (art. 5º, inc. LXVII, da CF/88), já outorga à prestação alimentar uma carga de preponderância sobre o direito à liberdade do devedor de alimentos, admitindo a prisão como medida coercitiva.

Conclui-se que a aplicação do meio executivo da expropriação pelo uso do sistema Bacen Jud, como alternativa à decretação da prisão civil do devedor de alimentos, é medida que rende homenagem ao princípio da proporcionalidade.

E como se pretende a aplicação da penhora *on-line* no bojo do rito do art. 733 do CPC, mais precisamente antes de se determinar a segre-

gação civil do devedor de alimentos, reconhece-se indispensável alguma adequação.

No ponto, após colhido o parecer do Ministério Público e sendo o entendimento do julgador a decretação da prisão do devedor de alimentos (art. 733, § 1º, do CPC), o processo é encaminhado ao contador para atualização do cálculo da dívida, a fim de lastrear-se a ordem de bloqueio a ser emitida pelo sistema Bacen Jud.

Com a conta, adota-se a rotina de gabinete referente às providências da penhora *on-line*, observadas algumas complementares conforme a resposta à ordem emitida com o protocolo no sistema.

Se a resposta é no sentido da inexistência de contas ou, caso existam, da inexistência de saldos para bloqueio, determina-se a prisão do devedor com a remessa dos autos ao cartório para expedição do mandado.

Sendo a resposta positiva de bloqueio integral, é efetivado o protocolo da ordem complementar, para transferência do valor à conta judicial e eventual desbloqueio do excesso. O processo então será encaminhado ao cartório tanto para que seja lavrado termo de penhora por ocasião do recebimento da comunicação da abertura de conta judicial (do depósito na subconta) como para que dele sejam intimadas as partes.

Já para a resposta positiva de bloqueio parcial, após o protocolo da ordem complementar para transferência, sustenta-se que o juiz deve determinar a prisão do devedor pelo remanescente. O processo então segue para o cartório tanto para lavratura do termo de penhora do valor parcial, com intimação das partes, quanto para expedição do mandado de prisão sobre o saldo remanescente da dívida.

A intimação das partes do termo de penhora possibilita a expedição de alvará para liberação do valor ao exequente ou ao executado, mas sem

prejuízo do cumprimento da ordem de prisão para a hipótese de penhora parcial.

De fato, prudente que a expedição de alvará ao credor seja feita somente após decurso de prazo (que poderá ser de 5 dias, forte no art. 185 do CPC) para manifestação do devedor, mesmo que não soe injustificada providência diversa (liberação do dinheiro ao exequente) à luz do parágrafo único do art. 732 do CPC.

É que se mostra factível que o bloqueio do numerário em depósito possa recair sobre conta salário do devedor, diga-se, sobre seus vencimentos, subsídios, soldos, salários, remunerações, proventos de aposentadoria, pensões, pecúlios ou montepios (art. 649, inc. IV, do CPC). Embora o disposto no § 2º do art. 649 do CPC seja explícito no sentido de que a regra da impenhorabilidade do salário não se aplica às dívidas alimentares, não se pode deixar de referir que a descoberta de conta salário pode ensejar a adoção das providências previstas no parágrafo único do art. 734 do CPC e no art. 16 da Lei n. 5.478/1968, ou seja, a imediata expedição de ofício ao empregador para o desconto em folha das prestações vincendas, sem prejuízo do prosseguimento da execução pelo rito do art. 733 do CPC em relação às prestações vencidas.

Outro ponto. A conta bancária objeto da ordem de bloqueio pode ser do tipo “conta conjunta” com terceira pessoa, o que até pode ensejar embargos de terceiro (art. 1.046, CPC), pelo que é viável admitir a resolução desse problema eventual por simples provocação do executado, franqueando-lhe a manifestação antes da liberação do dinheiro penhorado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prisão civil do devedor de alimentos não é providência satisfativa, mas meio coercitivo para a concretização da prestação alimentar. Constitui importante medida que pressiona psicologicamente o executado para

que satisfaça a obrigação, mas não está imune às conhecidas dificuldades de cumprimento e à possibilidade de o devedor optar por permanecer preso em vez de pagar a dívida, o que inviabiliza a efetivação da tutela alimentar.

A relevância e a premência de efetivar sem atropelos o crédito alimentar autorizam uma análise crítica das técnicas processuais disponíveis. Percebe-se então que a tutela executiva dos alimentos é diferenciada, pois outorga ao credor, no mesmo processo executivo, o uso de medidas coercitivas diretas e indiretas para a entrega da prestação pecuniária. No rito do art. 733 do CPC, quando for infrutífera a via da coerção indireta, prossegue a execução pela forma da coerção direta prevista no art. 732 do CPC.

Pelo princípio do resultado, a execução alcança o desiderato proposto quando entrega ao credor o objeto da prestação ou o direito reconhecido no provimento judicial, que, no caso do crédito alimentar, representa a prestação pecuniária.

O poder geral de efetivação, por seu turno, garante ao juiz tomar as medidas executivas necessárias à pronta efetivação da decisão judicial, o que pode ser reconhecido ao se perceber que o sistema jurídico disponibiliza no mesmo processo executivo providências distintas para a concretização da obrigação alimentar determinada em uma decisão condenatória.

Com a medida coercitiva direta, a penhora *on-line*, imediatamente antes de se determinar a prisão civil do devedor de alimentos, sugere-se uma alternativa à segregação do devedor, a fim de assegurar que o credor receba a prestação pecuniária e que o executado pague a dívida e não opte por cumprir prisão ou dela apenas se furtar.

À luz do princípio da proporcionalidade, a penhora *on-line*, como alternativa à segregação do devedor de alimentos, é medida adequada para efetivar, de maneira expedita, o bloqueio e a transferência de numerário existente na conta do devedor para satisfação do crédito. A constrição do

dinheiro também é necessária, já que a prisão do devedor, além de não entregar o bem da vida perseguido pelo credor, restringe em uma intensidade muito maior outro direito fundamental. Finalmente, os interesses financeiros do devedor não podem prevalecer sobre o direito do credor de ver assegurada a satisfação das necessidades vitais.

A existência de medidas aptas a propiciar ao credor a efetivação da tutela jurisdicional exige do magistrado uma postura infensa à inércia e ao conformismo, impondo-lhe a adoção dos instrumentos que se revelem necessários à prestação integral da tutela executiva, mesmo que não estejam expressamente previstos na lei ou que impliquem em singela adequação do processo executivo, alteração essa que deve estar devidamente motivada nos autos e em conformidade com o princípio da proporcionalidade.

5 REFERÊNCIAS

ASSIS, Araken de. *Cumprimento da sentença*. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

DIDIER JÚNIOR, Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael. *Curso de direito processual civil: direito probatório, decisão judicial, cumprimento e liquidação da sentença e coisa julgada*. Bahia: JusPODIVM, 2007.

GUERRA, Marcelo Lima. *Direitos fundamentais e a proteção do credor na execução civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

MARINONI, Luiz Guilherme. Controle do poder executivo do juiz. In: _____ (Org.). *Execução civil: estudos em homenagem ao Professor Paulo Furtado*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

_____. *Técnica processual e tutela dos direitos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

MARTINS, Nelson Juliano Schaefer. *Poderes do juiz no processo civil*. São Paulo: Dialética, 2004.

PEREIRA, Hélio do Valle. *Manual de direito processual civil: roteiros de aula: processo de conhecimento*. Florianópolis: Conceito Editorial, 2007.

SILVA, Luiz Virgílio da. O proporcional e o razoável. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, n. 798, abr. 2002, p. 23-50.

ZAVASCKI, Teori Albino. Os princípios constitucionais do processo e suas limitações. *Revista da Esmesc – Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina*, Florianópolis, v. 6, maio 1999, p. 49-58.